



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COLEGIADO DE GESTÃO REGIONAL METROPOLITANA I e CISBAF

Às nove horas e trinta minutos do décimo nono dia do mês de julho do ano de dois mil e onze, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense - CISBAF, situado na Avenida Governador Roberto Silveira, dois mil e doze, bairro da Posse, Nova Iguaçu, realizou-se a reunião extraordinária e conjunta da Câmara Técnica da Materno-Infantil do CISBAF e a Coordenação do CGR da Metropolitana I, com a seguinte pauta: Adequação de nosso Projeto Cegonha à portaria GM 1459 de 24/06/2011 para ser submetido à CIB de vinte e um de julho do ano em curso. Estavam presentes: Fabio Volnei Stasiaki / Presidente do Conselho Técnico do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense e Secretário Municipal de Saúde de Japeri, Rosangela Bello / Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense, Mônica Morrisy Martins Almeida / Coordenação SES/CGR Metropolitana I, Antonio Carlos P. Martins / Subsecretário de Saúde de Duque de Caxias, Patrícia Lima Pereira Pires / SMS de Duque de Caxias, Sheila Barbato / SMS de Mesquita, Dayse Soares Leal / PAISMCA de Magé, Claudia Barbosa França / SMS de Magé, Isabel Cristina S. Guimarães / SMS de Magé, Marcio Faria G. de Almeida / SMS de Nova Iguaçu, Luiz Carlos da Silva Pereira / SEMUS de Nova Iguaçu, Katy Alessandra do S. Cappato – Materno-Infantil de Seropédica, Ruth Valentim Doro / PAISMCA Japeri, Roselene de Fátima Semedo Dias / Coordenadora da Saúde da Mulher, Franklin Monteiro da Silva / Subsecretário de Nilópolis, Antonio Maia / SMS de São João de Meriti, Josemar Freire dos Santos / Secretário Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, Maria Regina Braga de O. Ferreira / SMS de Itaguaí, Fernando Lage Guilherme / SMS de Nilópolis, Silvana Maria T.C. da Silva / Saúde da Mulher de Belford Roxo, Andrea Mello /SGTES/SES, Fátima Aparecida do Amaral Vidal / Assessoria CISBAF, Antonio Francisco Dieb / Assessor Técnico do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense, Marialva Passos Cianeli / SMS de Japeri, Tizuko Shinaim / PAISMCA-SES. Mônica Almeida fez a abertura da reunião. Agradeceu a presença de todos e explicou o motivo da alteração da data desta reunião. Recebemos ontem a informação de mudança do calendário de cronograma desta

semana. Existe uma definição do Ministério da Saúde, especialmente após a regulamentação da Lei 8080 que o município do Rio de Janeiro seria considerado uma região de saúde. A perspectiva é que não poderíamos apresentar o Projeto Cegonha com o município do Rio de Janeiro isolado, considerando as referências de unidades a interface com os municípios da região metropolitana. O estado quer reagrupar o município do Rio de Janeiro à Região Metropolitana I. O fato é que tínhamos definido que íamos pleitear os projetos para as regiões Metropolitana I e Metropolitana II do Estado. Ficou a interrogação para o Rio de Janeiro. Hoje está acontecendo um CGR capital para discussão Rede Cegonha do município do Rio de Janeiro, chamada "Cegonha Carioca". Como não vai poder existir uma região de um único município nós teríamos de fazer a fusão de novo, o que significa um desenho de rede para o Projeto Cegonha com Rio de Janeiro na região Metropolitana I. Ficou marcada uma reunião para o dia vinte para discussão desse tema, na SES, inviabilizando a nossa reunião marcada para o dia vinte, razão da antecipação. A missão de hoje é o desenho inicial da rede da região e os novos pontos de atenção. A equipe do estado fez uma planilha dos leitos da materno-infantil. Iremos fazer o batimento dessas informações a exemplo da Matriz Diagnóstica. Sobre a perspectiva dos dispositivos que seriam a construção de centros de parto normal, a ampliação e reforma das maternidades, também a ampliação dos leitos de UTI, Mônica Almeida perguntou o que os municípios pensaram sobre o ponto de vista de incremento da questão assistencial para investimento. Disse que crê que com a avaliação dos estabelecimentos de saúde e com a decisão dos secretários e equipe técnica possam pensar melhor onde alocar o investimento e poderíamos discutir, a exemplo da Metropolitana II, onde colocar os centros de parto normal. Qual município tem condições de custear, aquele que não tem possibilidade de custeio qual seria a referência. Podendo nesta região serem trabalhadas com ampliações próximas as estruturas já existentes de hospitais que tenham UTI ou a aquelas maternidades como o Hospital Moacir do Carmo. Sugeriu trabalhar a Matriz de Capacidade Instalada. Rosângela Bello disse que foram refeitos os cálculos segundo os parâmetros indicados por Tizuko Shinaim. A grande questão nossa é atualizar os leitos existentes no CNES. Precisamos saber quais os leitos operantes para definir nossa necessidade. Sugeriu que cada município informasse sua capacidade instalada que ficaria descrita como informada pela Câmara Técnica. Mônica apresentou a planilha elaborada pela equipe da SAECA. Procederam ao preenchimento dos dados de cada município, efetuando a correção do quantitativo de leitos bem como zerando as unidades inoperantes,

sinalizando as unidades de alto risco, de UTI neo, de UI. Foram trabalhados os leitos existentes e leitos SUS. Inserido o número de leitos da Maternidade de Mesquita com previsão de inauguração para setembro do ano em curso. Rosângela Bello disse que se existe distorção ela é funcional, demanda de baixo risco em unidades de alto risco. Mônica informou que a Maternidade Heloneida Studart de São João de Meriti está trabalhando com sessenta por cento de sua ocupação para baixo risco e quarenta por cento para alto risco. Após preenchimento da planilha de capacidade instalada, Mônica sugeriu fazer avaliação de onde houve redução, déficit de leitos para em consenso definir a proposta do investimento em Casas de Parto acopladas a unidades já existentes. Identificar na região os pontos que poderiam receber esse investimento e fortalecer a rede da assistência materno-infantil. Rosângela disse que pelos cálculos usando a metodologia que a Tizuko Shinaim sugeriu nós temos, teoricamente, leitos suficientes, contando com os leitos da maternidade de Mesquita, mas temos baixíssima capacidade regulatória. Antonio Martins perguntou se essa maternidade está pronta para operar, se tem RH contratado. Mônica Almeida respondeu que a perspectiva de inauguração é para setembro do ano em curso. O modelo de contratação dessa unidade é semelhante ao da Maternidade Heloneida Studart. Tizuko Shinaim comentou o PHPN e a qualidade da assistência das maternidades que define onde paciente quer ter o parto e o conhecimento de fluxo. Mônica disse que a nossa missão é pensar em investimento e com base no consenso de que as casas de parto deverão estar preferencialmente acopladas às maternidades públicas de alto risco e, considerando a abordagem de Tizuko é necessário conhecimento de vocês sobre o fluxo da região, podemos fortalecer os centros de parto nesses locais e à medida que eles forem implantados reduz a necessidade de leitos conveniados. Pela PT os blocos são de cinco quartos, com dois leitos em cada. Antonio Dieb disse que o município concentrador do fluxo, atualmente, é Belford Roxo por deter maior número de leitos de baixo risco. A maioria dos municípios não vai ter hospital público para agregar uma casa. Além de não ter maternidade pública não vão ter a casa de parto. Comentando a portaria, Rosângela Bello disse que dar um tratamento humanizado ao parto e agregar o centro de parto às estruturas existentes. Podemos contemplar Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que são dois pólos do ponto de vista viário de bom acesso. Também em São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita. Ficaremos descobertos em Belford Roxo, Japeri, Itaguaí, Queimados e Seropédica. Mônica perguntou se é possível ter um em Seropédica. Rosângela disse que Itaguaí contempla mais. Mônica disse que é

claro que com o tempo disponível não apresentaremos um projeto tão perfeito quanto desejamos, mas almejamos atender à data de apresentação à CIT de julho. Um pleito feito à CIT não significa pleito aceito e sim apresentado. Vai passar pela avaliação técnica da equipe do Ministério da Saúde, que certamente gerará pendências e retornará para ajustes. Hoje precisamos pensar na proposta apresentada, consultar os gestores, municipal e estadual, quanto ao desenho apresentado e até o final do dia informar a decisão para termos uma proposta minimamente fechada. Discutiram o financiamento do projeto. Antonio Martins disse que o valor do custeio é insuficiente e mais uma vez o Ministério da Saúde lança projetos mirabolantes, deixando a maior parte do custeio para os municípios. Mônica informou que a portaria pressupõe que o custeio desse projeto seja rateado entre o município, estado e governo federal. Rosangela Bello disse que pela portaria o ministério estaria custeando cem por cento. Oitenta mil reais banca um centro de parto com cinco quarto peça RDC e cada quarto pode ter dois leitos. Antonio Dieb lembrou o Programa do Parto Humanizado realizado através da Central de Regulação de Leitos da Baixada Fluminense que funcionou durante aproximadamente três anos que garantia o acesso da gestante à maternidade escolhida. Foi interrompido pelo fechamento de diversas maternidades com a conseqüente redução de leitos. Tínhamos capacidade regulatória e a Central funcionava aqui em Nova Iguaçu e não na Praça da Bandeira como é atualmente. Essa empreitada foi acorda aqui no CISBAF com os Secretários e a Câmara Técnica da Materno-Infantil. Mônica disse que não existe proposta e nem financiamento para regulação dos leitos de baixo risco. Entre Itaguaí e Seropédica há suficiência de leitos, sobram leitos. Japeri poderia ser encaminhado para essa região. Fábio Volnei disse que tem que haver a garantia do leito para a gestante. Rosangela Bello disse que poder pactuar hoje o desenho e montar a casa de parto ao lado das maternidades existentes que tem alto risco com um custo benefício bom. Garantir uma governança regulatória é fundamental e fazer junto com o estado é muito bom, é fundamental para nós. O estado é parceiro nosso nesse desenho. É uma inovação, temos que valorizar e apostar. Vamos apresentar um grande projeto passível de ajustes. No intuito de encerrar a reunião, Mônica sugeriu fechar a proposta. Disse que vai defender junto ao estado a construção de um centro de parto normal junto ao Hospital Estadual Melchisedech Calazans, na Maternidade Heloneida Studart e Hospital Estadual Adão Pereira Nunes. Tarefa municipal para os técnicos conversarem com os secretários dos respectivos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias para a construção de Casas de Parto juntos ao Hospital Geral de Nova

Iguaçu e no Hospital Municipal Moacir do Carmo. As respostas dessas tarefas deverão ser encaminhadas ao CISBAF. Perguntou se existe mais alguma sugestão. Franklin Monteiro pediu atenção para as demandas dos bairros do município do Rio de Janeiro limítrofes a Nilópolis. Baseado na abordagem da qualidade da assistência por Tizuko Shinaim, Antonio Martins frisou a questão da qualidade das maternidades que não atendem a RDC 50. Temos um bom quantitativo de leitos, mas fragilizados. Rosangela Bello pediu que todos pensassem em um nome para o projeto na região. O município do Rio de Janeiro escolheu “Cegonha Carioca”. Mônica solicitou que todos conversem com os seus secretários sobre o desenho do projeto para da uma resposta até o final da tarde. Não havendo mais nada a declarar deu por encerrada a reunião.